

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Desconfiados

Dentro do PT, há muita gente comentando nos bastidores que a ausência de Lula nesse momento é que levou os congressistas a pisarem no freio em relação ao pacote de contenção de gastos. Afinal, esse é o grande tema que os deputados têm para apreciar, antes da troca de comando na Câmara. Enquanto essa turma não acertar seu futuro, numa reforma ministerial em 2025, vai ser difícil votar tudo a toque de caixa.

O pior dos mundos

Embora os agentes do mercado financeiro tenham dito que o pacote de contenção de gastos é insuficiente, não aprovar nada reduz ainda mais as expectativas. Já tem gente prevendo dólar a R\$ 7,00 e juros na casa dos 18%.

Assunto delicado

Os petistas comentam de forma para lá de reservada que a sobrevivência do partido depende de Lula estar bem de saúde e disposto a concorrer a um novo mandato presidencial. Até aqui, conforme avaliam, não há um nome natural para representá-lo nessa disputa.

Enquanto isso, nos gabinetes do DF...

Os deputados federais de Brasília vão continuar insistindo para que o governo retire o Fundo Constitucional do Distrito Federal do texto do pacote de corte de gastos. Afinal, se as transferências do FCDF forem reduzidas, qualquer problema que ocorrer será atribuído a quem votou a favor dessa diminuição.

Sem Lula, sem reforma

Ministros e líderes do governo tentam manter a rotina de trabalho inalterada enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva permanece na UTI em São Paulo, mas as discussões da reforma ministerial foram suspensas. Enquanto ele estiver no hospital,

não se fala nisso no governo. Até porque, o desenho final apenas o presidente tem. Esse assunto só volta ao tabuleiro quando Lula estiver totalmente recuperado e de volta às conversas mais reservadas no Palácio da Alvorada.



Sem jogo de cintura...

Assim os deputados definiriam a conversa com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. As excelências saíram do almoço na sede da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) com a impressão de que a equipe do Ministério da Fazenda vai jogar no Congresso a culpa por qualquer problema econômico. Durigan não disse com todas as letras, mas deu a entender que se não fossem as propostas aprovadas pelos parlamentares, o governo teria superávit.

...nem proximidade

Durigan nem ficou para o almoço. Recebeu um telefonema antes de a reunião terminar, foi atender e voltou apenas para se despedir rapidamente e sem muita conversa.

CURTIDAS

Pedro Santana/CB/D.A Press



Celina e a China/ Numa conversa nos bastidores do *CB.Poder*, esta semana, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (foto), contou como os chineses ficaram admirados de ver uma mulher jovem no cargo que ela ocupa. "Aqui, você, tão nova assim, não administrava uma província", ouviu de um deles. Ela, sem titubear, respondeu que estava no quarto mandato, contando os do Legislativo, onde havia sido eleita e reeleita. O chinês, mais surpreso ainda, emendou: "Você é popular, hein?".

Cenas de ontem e de hoje/ Quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou ao Congresso cercado de seguranças e parlamentares, eis que uma excelência comenta sem dó: "A partir de fevereiro do ano que vem, chegará sozinho", alfinetou.

Veja bem/ Dos ex-presidentes da Casa, o único que se equilibrou no poder depois de deixar o cargo foi Michel Temer.

Um casal que bem vive/ Ao longo do dia, choveram memes como se a primeira-dama Janja não estivesse ao lado do marido. Ela o acompanhou todo o tempo, como fazem aqueles e aquelas que se preocupam com seus cônjuges.

PODER

Lira desvincula os recursos que os parlamentares aplicam em suas bases dos projetos de interesse do governo, e que têm de ser votados ainda este ano — como a LDO e o Orçamento da União. Mas não disfarça o incômodo com o dinheiro continuar travado

Irritação com emendas continua

» VINICIUS DORIA

A edição de uma portaria do Poder Executivo, na noite de ontem, que define as regras para a liberação de emendas parlamentares, está longe de abrandar a crise entre o Legislativo e o Judiciário, com reflexos nas votações deste fim de ano, pelo Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), não escondeu a irritação com a demora para uma solução relativa às emendas, repressadas por força de uma decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal.

"A portaria e o parecer (da Advocacia-Geral da União), se não vêm para resolver isso, não têm valor", frisou Lira, antes de se reunir com as lideranças partidárias para definir o calendário de votações, no esforço concentrado desta e da próxima semana.

O presidente da Câmara, porém, evitou conectar a liberação da verba das emendas às votações de projetos que precisam ser aprovados ainda neste ano — como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento da União e os pacotes de corte de gastos e de segurança pública. No caso das medidas de ajuste fiscal, Lira assegurou que os três relatores seriam indicados o mais rapidamente possível.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



"O assunto é polêmico. É um assunto que ferve, além de toda a insatisfação pelo não cumprimento de uma lei que foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República", disse Lira, ao referir-se à lei que disciplina a apresentação de emendas. "O governo sabe das dificuldades que tem se comparar a decisão do (Flávio) Dino com a lei aprovada pelo Congresso. É nisso que está o problema", acrescentou

Apesar da insatisfação no Congresso, o presidente da Câmara garantiu que há disposição para votar boa parte das propostas do governo que estão na pauta. No caso do ajuste fiscal proposto pelo governo, Lira disse que tem pontos polêmicos que precisam ser negociados, como o tratamento ao Benefício de Prestação Continuada (BCP), o salário mínimo e o abono salarial. "São temas árduos, difíceis. Uma

parte da Câmara acha que estão abaixo do esperado. Outra parte acha que são inatingíveis. Há parlamentares de esquerda com dificuldade de votar", observou.

Portaria

A portaria assinada pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Esther Dweck (Gestão), Simone Tebet (Planejamento) e Alexandre Padilha (Relações



A portaria e o parecer (da Advocacia-Geral da União), se não vêm para resolver isso (a liberação do dinheiro das emendas), não tem valor"

Deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

Institucionais) autoriza a liberação de recursos de emendas de comissão desde que algum parlamentar — ou mesmo um líder — assuma a paternidade do pedido. No caso das transferências especiais — as emendas Pix — destinadas à área da saúde e empenhadas até 3 de dezembro (data da decisão de Flávio Dino) não estão sujeitas às determinações do STF. Para liberar o dinheiro das

emendas Pix, a portaria prevê a necessidade de apresentação, até 31 de dezembro, de planos de uso dos recursos — prazo mais curto do que o indicado de Dino, de 60 dias. Essa antecipação vai dar agilidade à liberação das verbas.

O documento também permite a execução orçamentária de emendas de comissão e de bancada empenhadas neste ano, sem a apresentação prévia dos planos de trabalho. As medidas podem permitir a liberação imediata de cerca de R\$ 6,4 bilhões — só para emendas de comissão, o Congresso destinara mais de R\$ 15 bilhões neste ano.

A portaria foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)* e pode aliviar a pressão sobre a pauta de votações de interesse do governo. Lira, inclusive, tem a expectativa de iniciar a votação, ainda nesta semana, da reforma tributária, do pacote de corte de gastos e das medidas de segurança pública.

Para a semana que vem, a última do esforço concentrado antes do recesso parlamentar, o presidente da Câmara trabalha com a expectativa de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e projetos voltados ao estímulo do turismo.

Frente propõe a Durigan outra PEC para o corte de gastos

» JULIA PORTELA

Os deputados que integram a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) apresentaram, ontem, ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, uma PEC alternativa de corte de gastos. A proposta prevê uma trava para os ganhos acima

do teto do funcionalismo público e propõe desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo. Os parlamentares consideram que o crescimento dos gastos com a previdência é "alarmante" e que deve ser reduzido neste ou no próximo governo para que não haja uma explosão ainda maior das contas públicas.

Apesar de a PEC alternativa ir na direção oposta à do corte de gastos proposto pelo governo — que não mexe com os gastos sociais e tenta dar um alívio à população de menor renda —, Durigan frisou que a proposta elaborada pela equipe econômica é "possível". Ele acrescentou que o projeto que isenta de imposto de

renda pessoas com salários abaixo de R\$ 5 mil está pronto e deve ser mandado ao Congresso.

Conforme expôs aos integrantes da FPE, Durigan assegurou que o Brasil teria um superávit de R\$ 15 bilhões caso não fosse mantida a desoneração da folha de pagamento para empresas de 17 setores, assim como o

Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Para o número dois do Ministério da Fazenda, é necessário trabalhar com a compreensão de que 2024 é o ano da revisão de gastos.

"Nosso apelo é que se tente fazer um esforço neste ano para colher, em 2025, uma redução dos gastos obrigatórios. A gente

está conseguindo chegar muito próximo da banda do arcabouço fiscal. se tivéssemos aprovação da revogação da desoneração da folha, o fim do Perse, a revisão da desoneração dos municípios, também na folha, a gente terminaria este ano com, pelo menos, R\$ 15 bilhões de superávit", explicou.